

## II

### JOÃO DUNS ESCOTO E O ARGUMENTO ANSELMIANO<sup>1</sup>

#### I. A QUESTÃO DO APRIORISMO

Bem antes de Kant trazer à história da filosofia a sua concepção de apriorismo no conhecimento humano, os filósofos escolásticos medievais disputaram a questão do apriorismo do conhecimento da existência de Deus. A questão formulava-se então do seguinte modo: a existência de Deus é ou não por si evidente (*per se nota*)? Significa esta questão, perguntar se a existência de Deus é ou não objecto de uma evidência racional imediata e auto-suficiente, que prescindia, portanto, da mediação de qualquer conhecimento diverso da noção de Deus, seja o conhecimento do mundo sensível seja o auto-conhecimento do sujeito racional. Três grandes filósofos escolásticos medievais – Tomás de Aquino, Boaventura e João Duns Escoto – pronunciaram-se de forma assaz diferenciada sobre esta questão, e, em conformidade com as posições tomadas nesta questão, interpretaram também diversamente o argumento anselmiano do *Proslogion*.

Em qualquer das posições dos três grandes filósofos, como em qualquer posição elaborada no âmbito de uma questão complexa, há sempre

---

<sup>1</sup> Este estudo foi publicado em: Luis Alberto De Boni (Org.), *João Duns Scotus (1308-2008). Homenagem de scotistas lusófonos*, Porto Alegre / Bragança Paulista, ediPUCRS / EST Edições / Universidade São Francisco, 2008, pp.156-174. O mesmo estudo integra as análises publicadas sob o título “O Argumento Anselmiano entre Continuadores e Críticos”, in Maria Leonor L.O. Xavier (Coord.), *A Questão de Deus na História da Filosofia I*, Sintra, Zéfiro / FCT / CFUL, 2008, pp.269-326.



um por um lado e um por outro lado. Assim, Tomás de Aquino admite, por um lado, que a afirmação da existência seja em si uma evidência imediata e auto-suficiente, mas, por outro lado, assume que essa mesma afirmação não é para nós uma evidência imediata e auto-suficiente<sup>2</sup>. Por um lado, a metafísica permite aquela admissão, porquanto a essência de Deus se identifica com o acto puro de ser. Todavia, esta identidade entre essência e existência em Deus não é uma evidência imediata e auto-suficiente, mas é deduzida da ordem analógica do ente, composto de essência e de existência. Com efeito, a teoria do conhecimento obriga, por outro lado, a rejeitar a evidência imediata e auto-suficiente para nós da existência de Deus, porquanto, ao intelecto humano, estruturalmente ligado ao corpo através da alma de que faz parte, não é possível um conhecimento intelectual intuitivo da essência divina. Para o Doutor Angélico, só um conhecimento deste género proveria a uma evidência imediata e auto-suficiente da existência de Deus para nós. Ainda que descreva o argumento anselmiano como um raciocínio, Tomás de Aquino interpreta-o como uma afirmação por si evidente da existência de Deus, o que, conseqüentemente, recusa<sup>3</sup>.

Já para o Doutor Seráfico, só por uma imensa distração poderá a mente humana não advertir da existência de Deus, que se manifesta pujantemente em toda a Criação. Mas essa falha de atenção não é impossível, nem sequer improvável, devido ao estado decaído em que o homem vive e conhece. Porventura pelas duas razões, pela positiva e pela negativa, isto é, pela exuberante manifestação de Deus na Criação e pelo estado decaído do homem, Boaventura não se poupa a inventariar as múltiplas vias possíveis do conhecimento humano da existência de

<sup>2</sup> «Dico ergo quod haec propositio, Deus est, quantum in se est, per se nota est: quia praedicatum est idem cum subiecto: Deus enim est suum esse, ut infra patebit (q.3, a.4). Sed quia nos non scimus de Deo quid est, non est nobis per se nota: sed indiget demonstrari per ea quae sunt magis nota quoad nos, et minus nota quoad naturam, scilicet per effectus.» *Summa Theologiae* I, q.2, a.1, *Resp.* (Ed. leonina, in *BAC* 77, Madrid, 1951, p.15).

<sup>3</sup> Posição por nós analisada em “Tomás de Aquino e o argumento anselmiano”, in José António de Camargo Rodrigues de Souza (Org.), *Idade Média: tempo do mundo, tempo dos homens, tempo de Deus*, Porto Alegre, Edições EST, 2006, pp.117-128.

